



Número: **0801947-78.2019.8.15.0331**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **15/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GLAUCIO DA SILVA COELHO (AUTOR)		Marcos Vinícius Almeida dos Santos (ADVOGADO) Francisco Israel Cardoso da Silva (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21186 166	15/05/2019 11:47	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
21186 176	15/05/2019 11:47	<a href="#">INICIAL - DPVAT - Gláucio</a>	Outros Documentos
21186 180	15/05/2019 11:47	<a href="#">1 - Procuração e documentos pessoais</a>	Procuração
21186 184	15/05/2019 11:47	<a href="#">2 - Comprovante Via Administrativa</a>	Documento de Comprovação
21186 188	15/05/2019 11:47	<a href="#">3 - Laudo atendimento médico</a>	Documento de Comprovação
21186 194	15/05/2019 11:47	<a href="#">4 - Certidão Ocorrência PRF (1)</a>	Documento de Comprovação
21337 142	29/05/2019 04:35	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
29950 534	17/04/2020 11:20	<a href="#">Carta</a>	Carta

EM PDF.





**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA  
MISTA DA COMARCA DE SANTA RITA/PB.**

**GLÁUCIO DA SILVA COELHO**, brasileiro, casado, guincheiro, portador da cédula de identidade sob o nº. 1.329.701 SSDS/PB, inscrito no CPF sob o nº. 840.524.574-04, residente e domiciliado na Avenida Rio Branco, 67, Popular, Santa Rita/PB, CEP: 58301-195, por intermédio de seus mandatários *in fine* assinados, com escritório profissional encravado no rodapé desta peça de ingresso, onde recebe intimações e correspondências de estilo, vem, RESPEITOSAMENTE, à presença de V. Ex<sup>a</sup>., propor **AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT**, nos termos do artigo 3<sup>a</sup> e seguintes da Lei 6.194/74, e demais dispositivos legais aplicáveis à *espécie*, contra a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, estabelecida à Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP: 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões de fato e de direito que passar a expor:

**I - DA JUSTIÇA GRATUITA**

A parte autora não possui condições financeiras para suportar as despesas do processo judicial, sem prejuízo do seu sustento e de sua família. Por tais razões, pleiteiam-se os benefícios da Justiça Gratuita, assegurados pela Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, que garante o acesso à justiça gratuita aos que comprovarem insuficiência de

- 1 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





recursos, c/c com o artigo 98 e seguintes do Novo CPC, que rege todo o instituto da gratuidade da justiça.

## **II – DO INTERESSE DE AGIR - DA PROVOCAÇÃO PRÉVIA POR VIA ADMINISTRATIVA - Irregularidades no pagamento leva ao ajuizamento para cobrança de diferenças**

Em momento algum a Lei que rege o Seguro Obrigatório exige que o procedimento a ser adotado pelo Beneficiário do Seguro Obrigatório se dê primeiramente pela via administrativa, mesmo porque, caso houvesse essa exigência, seria inconstitucional, ferindo o art. [5º](#), [XXXV](#), da [CF](#).

Esse é o entendimento jurisprudencial, conforme se vê abaixo:

### **APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. INTERESSE PROCESSUAL. DESNECESSIDADE DE INGRESSAR COM PEDIDO ADMINISTRATIVO.**

1. Restou evidenciado no caso em tela o interesse processual da parte autora, o qual decorre da necessidade de acesso ao Judiciário para obtenção da prestação jurisdicional que lhe assegure o pagamento da cobertura securitária.

2. A parte demandante não está condicionada a qualquer óbice de cunho administrativo para exercício de seu direito, bastando apenas que estejam preenchidas as condições da ação para ingressar em Juízo e, assim, receber a tutela jurisdicional. Portanto, a parte postulante não está obrigada a ingressar ou a esgotar a via administrativa para só então procurar amparo na via judicial. Dado provimento ao

- 2 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOSOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





apelo. Sentença desconstituída. (Apelação Cível Nº 70032143505, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 30/09/2009).

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE. SENTENÇA DESCONTITUÍDA. A falta de requerimento administrativo não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na Justiça, sob pena de violação ao direito constitucional do acesso ao Judiciário. Inteligência do artigo 5º, XXXV, da CF. Sentença desconstituída. APELO PROVIDO. (Apelação Cível Nº 70031697154, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 09/09/2009).**

Contudo, para afastar qualquer dúvidas quanto à inadequação da via administrativa no seguro DPVAT, a parte autora, expõe abaixo, os motivos pelos quais é OBRIGADA A INGRESSAR COM A PRESENTE AÇÃO:

Veja que o principal motivo, é o fato da seguradora ter fins lucrativos, o que por si só, torna tal procedimento inviável para as vítimas, uma vez que tal procedimento sequer garante o contraditório e a ampla defesa, não podendo assim, ser comparada ao INSS, porque o INSS não tem fins lucrativos e seus procedimentos administrativos foram criados por lei, garantindo ainda a ampla defesa e o contraditório. Ao contrário, a seguradora visa tão somente o LUCRO em detrimento das vítimas.

- Administrativamente a seguradora não paga a correção monetária cujo o termo inicial, deve ser a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº

- 3 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em R\$ 13.500,00, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui esse valor ficou fixo e não houve correção).

- Nos processos administrativos realizados pela seguradora, quando realizada a perícia, o que se vê é um enorme caos, um mar de obscuridade, a começar pelos médicos escolhidos pela mesma, pois em geral não são especializados em perícia médica, e são obrigados a seguir um formulário que contém as quantificações definidas em 10%, 25%, 50%, 75% e 100%, ou seja, se a incapacidade de uma pessoa for de 90%, o profissional tem que marcar 75%, e assim degressivamente, prejudicando as vítimas.
- Além dos sérios problemas com a imparcialidade das perícias da seguradora, a mesma, impõe óbices no pagamento administrativo mesmo que a menor, alegando causas banais ou já superadas pelo entendimento jurisprudencial, como por exemplo a exigência no pagamento do DUT.
- A Seguradora Líder não paga os valores contratados, sempre pagando a valores menores, ou simplesmente, como é o caso, de não pagar qualquer valor, por sempre obstaculizar o recebimento do valor da apólice. (Comprovante em anexo)

Por esses motivos, TODOS os processos administrativos referentes a invalidez permanente e DAMS, são objetos de lide no judiciário, porque a seguradora nunca faz o pagamento correto, ou seja, a seguradora apenas usa o procedimento do pagamento administrativo para atrasar a vítima, e até desmotiva-la.

Portanto, exigir que o beneficiário tenha o trabalho duplo para receber, sem contudo, ser indenizado das despesas que isso gera ao mesmo, é no mínimo ultrajante, pois só beneficia a seguradora na sua gana em enriquecer-se em detrimento da vítima.

- 4 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





Diante de todos esses motivos, não há que se falar também em princípio da causalidade e sucumbência autoral, pois como visto, a seguradora historicamente sempre deu muitos motivos para o ajuizamento de ações de cobranças de seguros.

Como visto, a obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas. No presente caso, o autor já esgotou todas as vias administrativas possíveis, conforme comprovantes em anexo, sendo assim plenamente possível a presente ação.

### **III – DO RESUMO PRÉVIO DOS FATOS**

Consoante restará demonstrado no decurso da demanda, a parte promovente foi vítima de ACIDENTE DE MOTO ocorrido em **16 de abril de 2017**, por volta das 11:40 horas, na BR 230 KM 21, em João Pessoa, quando foi atingido por outro veículo que perdeu o controle da direção e colidiu com o mesmo, sendo encaminhado ao Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

Ressalte-se, ainda, que a parte promovente buscou a via administrativa para obter o seguro, mas não logrou êxito, pois não recebeu a quantia correspondente ao valor da apólice, mesmo comprovando documentalmente a lesão permanente.

Evidentes, dessa forma, o acidente, e **diante de todo o ocorrido**, recorre a parte autora às barras da justiça, nos termos da lei.

### **IV – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS**

#### **IV.I. DA INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA**

Trata-se de ação de cobrança referente à indenização securitária – DPVAT -, por **INVELIDEZ PERMANENTE**.

A **Lei 6.194/74** dispõe sobre o **seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre** nos seguintes termos:

- 5 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orzines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

c) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

**II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)**

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007)

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

- 6 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº. 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**







b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

Art. 10. Os danos pessoais cobertos pelo Seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, que serão pagas diretamente ao beneficiário, observados os valores previstos nas normas vigentes, por pessoa vitimada.

A jurisprudência é uníssona nesse sentido:

**APELAÇÃO CÍVEL - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**  
**DPVAT - Interposição contra sentença que julgou procedente a ação de cobrança de seguro obrigatório - DPVAT. Acidente com trator. Indenização por seguro obrigatório devida. Invalidez permanente do autor comprovada. Sentença mantida. Apelação não provida. DPVAT (3777973320108260000 SP 0377797-33.2010.8.26.0000, Relator: Mario A. Silveira, Data de Julgamento: 15/06/2011, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/06/2011)**

**APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA - DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE BOLETIM DE OCORRÊNCIA IRRELEVÂNCIA JUNTADA DE DOCUMENTO HÁBIL A DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL ENTRE O ACIDENTE E O DANO ALEGADA CARÊNCIA DE AÇÃO AFASTADA CORREÇÃO MONETÁRIA TERMO A QUO EDIÇÃO DA MP Nº 340 /2006 MERA RECOMPOSIÇÃO DA MOEDA EM RAZÃO DA DEPRECIACÃO INFLACIONÁRIA RECURSO DESPROVIDO.(TJPR - 8771997 PR 877199-7 (Acórdão) TJPR).**

- 7 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orcines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





**EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT INDENIZAÇÃO POR MORTE CORREÇÃO MONETÁRIA QUE DEVE TER O SEU TERMO INICIAL DE INCIDENCIA A PARTIR DA DATA DO ÓBITO VERBA INDENIZATORIA QUE DEVE SER FIXADA COM BASE NO SALÁRIO MÍNIMO EM VIGOR NA DATA DO FALECIMENTO DA VÍTIMA RECURSOS IMPROVIDOS. (TJSP - Apelação APL 9196426172009826 SP 9196426-17.2009.8.26.0000).**

Assim, faz jus a **concessão do seguro pleiteado**, nos termos da legislação acima descrita.

#### **IV – DOS PEDIDOS**

##### **POSTO ISSO, REQUER:**

1. A concessão do **benefício** da justiça gratuita, em virtude de não possuir condições de arcar com as despesas processuais, nos termos da Constituição Federal, artigo 5º, LXXIV, e, também, o art. 98 do CPC;
2. Seja recebido o presente, bem como todas as peças que a instruem, **julgando-a procedente** em todos os seus termos;
3. A citação do requerido, no endereço indicado, para que conteste a presente peça de ingresso, sob pena de revelia e de confissão quanto à matéria de fato;
4. A total PROCEDÊNCIA da ação com a condenação da promovida ao pagamento da importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigidos e com juros moratórios desde o evento, nos termos da Súmula 54 do STJ, referentes ao seguro DPVAT;
5. Por se **tratar de matéria de direito**, REQUER o julgamento antecipado do mérito;
6. Seja condenado o réu em **custas processuais e honorários advocatícios** sobre o valor da causa.

- 8 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB** e Avenida Orsines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**.  
**TELEFONES- PB:** (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - **TELEFONES- PE:** (81) 99446-1960.  
**E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR**





Protesta provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito, de modo específico o depoimento pessoal da ré, testemunhas e juntada de documentos, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis.

Em consonância aos artigos 319, inciso VII, e 334, § 5º, do Código de Processo Civil, informa a parte demandante que não possui interesse na realização de audiência de conciliação ou de mediação.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nesses termos,

Pede deferimento.

João Pessoa, 13 de maio de 2019.

**FRANCISCA CARDOZO DA SILVA**

ADVOGADA

**FRANCISCO ISRAEL CARDOZO DA SILVA**

ADVOGADO

**MARCOS VINÍCIUS ALMEIDA DOS SANTOS**

ADVOGADO

**DOCUMENTOS EM ANEXO:**

- 1- Outorga de poderes e declaração de pobreza
- 2- Documentos pessoais e comprovante de residência
- 3- Certidão hospitalar
- 4- Outros documentos

- 9 -

Rua Padre Lindolfo Pires, nº 41, Sala A, Centro, JOÃO PESSOA/PB e Avenida Orzins Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, SAPÉ/PB.  
TELEFONES- PB: (83) 3031-3859; 98832-2728; 99136-8269; 98719-7125; 99371-4848 - TELEFONES- PE: (81) 99446-1960.  
E-MAIL: CARDOZOADVOCACIA@HOTMAIL.COM.BR





## PROCURAÇÃO “AD JUDICIA ET EXTRA JUDICIA”

**OUTORGANTE(S):** GLAUCIO DA SILVA SOEIRO, brasileiro, casado, Guineense, portador do RG nº 1.329.703 SSP/PB e do CPF nº 840.524.574-01, residente e domiciliado em Rua Rio Branco, 67, Popular, Santa Rita.

**OUTORGADOS:** FRANCISCA CARDOZO DA SILVA, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PB sob o nº. 15011, e/ou FRANCISCO ISRAEL CARDOSO DA SILVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 16769, e/ou DAVI CARDOZO SARAIVA, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº. 24651, todos com endereço profissional descrito no rodapé desta outorga, onde recebe notificações, citações e intimações de estilo.

**PODERES:** Para o fim de defender os interesses do(s) outorgante(s), que lhe confere amplos poderes para o foro em geral e para representá-lo(s) em repartições públicas federais, estaduais, municipais, autarquias e quaisquer outras pessoas jurídicas de direito público ou privado, inclusive e especialmente perante o Instituto Nacional do Seguro Social, para tratar de assunto do seu interesse, assinando livros, requerimento, guias e documentos, requerer benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento, confissões, alteração de dados especiais, cadastro, ficha, obter vista em procedimento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas, apresentar razões e contrarrazões, acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instância, tudo requerendo para defesa dos citados interesses, conferindo-lhe, ainda, poderes para, utilizando dos recursos judiciais legais e acompanhando-os, sendo expressamente autorizado a receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso, assinar declaração de hipossuficiência econômica, nos termos do art. 105 do CPC, prestar compromisso, declarações e acordo, receber alvará judicial, RPV e precatórios, deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorária contratual e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, agindo em conjunto ou separadamente, autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, com poderes para renunciar, sobretudo os valores que excederem o teto do Juizado Especial Federal ou Estadual no afã de utilização de seu rito célere, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandato, dando por bom, firme e valioso.

**DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA:** Desejando obter os benefícios da gratuidade da justiça, declara(m) o(s) outorgante(s), sob as penas da lei, que não possui(em) recursos suficientes para custear qualquer demanda sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 do CPC, declarando, ainda, ser(em) conhecedor(es) das sanções administrativas, civis e penais advindas de inverdades da presente declaração.

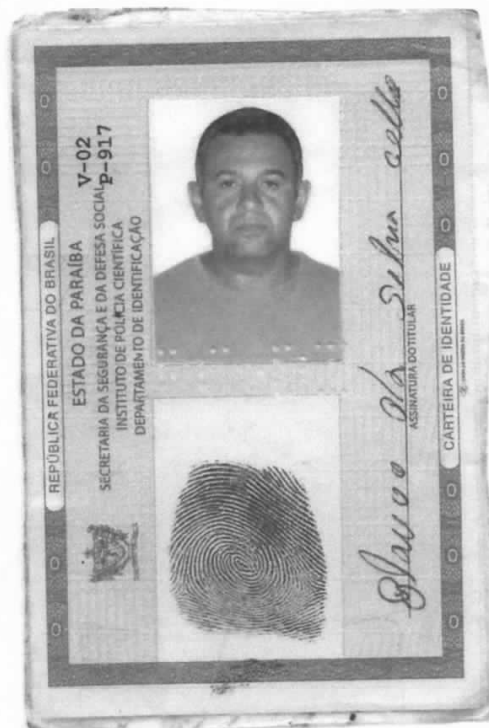
Santa Rita/PB, 06 de Fevereiro de 2019.

  
OUTORGANTE(S)

Rua Padre Lindolfo, 41, Sala A, Centro, **JOÃO PESSOA/PB**; Avenida Oricines Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 114, Térreo, Centro, **SAPÉ/PB**; Rua João Vitorino Raposo, 19, Centro, **SANTA RITA/PB**. TELEFONES: (83) 3031-3859, 98832-2728 e 99136-8269.  
[WWW.CARDOZOADVOCACIA.JUR.ADV.BR](http://WWW.CARDOZOADVOCACIA.JUR.ADV.BR)

1





GLAUCIO DA SILVA COELHO  
PÁRUA BRANCO, 67 - POPULAR  
SANTA RITA / PB CEP: 59301-195 (AG. 1)

Emissão: 08/03/2018 Referência: Mar/2018  
Classe/Subclasse: RESIDENCIAL/BAIXA RENDA MONOFÁSICO Br/230, Km25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP: 58071-630  
Roteiro: 1 - 9 - 271 - 1940 Nº medidor: 00000342339

ENERGISA PARABÁ - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ: 09.095.182/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº002-966-465  
Cód. para Deb. Automático: 00000473646

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Mar/2018 Apresentação 06/03/2018 Data prevista da próxima leitura 05/04/2018 CPF/CNPJ/RANI 84052457404

UC (Unidade Consumidora): 5/47364-5

#### Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei nº 10.438, de 28 de abril de 2002.  
- Furto de energia é a maior roubada. Pode provocar acidentes graves, além de ser crime e dar cadeia. E ainda prejudica a até quem não faz: o furto prejudica a qualidade do fornecimento, pode causar queda de energia, queima de eletrodomésticos e até incêndios.  
- Chame os vizinhos e amigos e ajude no combate ao molesto transmissor da dengue, Zika e Chikungunya. Ministério da Saúde, Governo Federal.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 01/02/18	Leitura 28628	Data 06/03/18	Leitura 28170	
				244
				83
Demonstrativo				
Descrição				
0801	Consumo até 20kWh-BR	30.000 0.344940	7.54	7.54 27 1.98 7.54 0.06 0.03
0801	Consumo - 21 a 100kWh-BR	70.000 0.419900	25.59	25.59 27 7.63 25.59 0.00 0.02
0801	Consumo - 101 a 220kWh-BR	120.000 0.605840	75.68	75.68 27 20.40 75.68 0.01 2.38
0801	Consumo acima de 220kWh-BR	24.000 0.829620	18.72	18.72 27 4.59 18.72 0.11 0.52
0810	Subsídio		45.28	45.28 27 12.02 45.28 0.01 1.41
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS				
0907	CONTRIB SERV LUM PUBLICA		5.38	0.00 0 0.00 0.00 0.00 0.00
0906	Devolução Subsídio		-31.34	0.00 0 0.00 0.00 0.00 0.00

COD. Código de Classificação do tom TOTAL 149.40 174.38 47.08 174.38 1.12 5.44

Média últimos meses (kWh)

VENCIMENTO  
13/03/2018

TOTAL A PAGAR  
R\$ 148,40

#### Histórico de Consumo (kWh)

214 | 195 | 204 | 182 | 175 | 165 | 182 | 163 | 192 | 125 | 122 | 129  
Mar/17 | Abr/17 | Mai/17 | Jun/17 | Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18

RESERVADO AO FISCO

6b7c.b3c1.5ae3.94a2.02b7.cee5.ff56.1349.

#### Indicadores de Qualidade

1/2018 - Santa Rita

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIG. MENSAL	11.10	0.00	
DIG. TRIMESTRAL	11.10		
DIG. ANUAL	23.44		NORMAL 220
FIC. MENSAL	12.22	0.00	
FIC. TRIMESTRAL	12.22		
FIC. ANUAL	12.22		CONTRATADA LIMITE INFERIOR 203 LIMITE SUPERIOR 231
DMC	12.22	0.00	
DMC	12.22		

#### Composição do Consumo

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Out. da Energia/PB	92.00	62.00
Compra de Energia	12.40	8.36
Serviço de Transmissão	12.40	8.36
Encargos Sociais	1.14	0.77
Impostos Diretos e Encargos	0.00	0.00
Outros Serviços	0.00	0.00
Total	148.38	100.00

Valor de EUSD (Ref. 1/2018) R\$ 36.30

#### ATENÇÃO

- REAVISO: Caso a(s) fatura(s) acima mencionada(s) em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 21/03/2018. Conforme Resolução 414/ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ou as contas sejam não estejam na unidade consumidora para comprovação. Caso essas faturas estejam pagas, disponibilizar essa mensagem para o fornecimento poder ocorrer a qualquer momento até o decorrer do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga.  
- Fatura sujeita a inclusão em órgãos de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.  
- Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$31,34.  
- Letura confirmada.

#### Faturas em atraso

Fev/18 124,52  
Jan/18 135,00





1.º Cartório de Registro Civil  
de Santa Rita

Maria das Graças Gonçalves Menezes  
Escritora

Romeu de Azevedo Menezes Júnior  
Escritor Substituto

R. Siqueira Campos 19 - Centro - Sta Rita - PB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
1º CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE SANTA RITA

FUNDADO EM 1898

Maria das Graças Gonçalves Menezes

OFICIAL DO REGISTRO

Rua Siqueira Campos, nº 19, Centro - Santa Rita - Estado da Paraíba  
Telefone - 28 - 3501

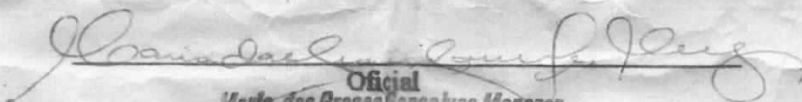
**CERTIDÃO DE CASAMENTO**

Certifico que, as fls. 156 do livro B - 21, sob o nº 7.081 foi lavrado aos 23 de julho de 1998, o assento de **CASAMENTO GLÁUCIO DA SILVA COELHO E MARIA BETÂNIA DA SILVA**, que adotou o nome de **MARIA BETÂNIA DA SILVA COELHO**, contraído perante Dra. Anamaria Cavalcanti Ciraulo, Juíza de Direito e as testemunhas **Mauricélia C. da Silva** e **João Pessoa - PB**, no dia 19 de fevereiro de 1970, profissão protético, residente e domiciliado em esta cidade, filho de João Batista Coelho e Genilda da Silva Coelho. Ela nascida em Santa Rita - PB, no dia 25 de dezembro de 1976, profissão ajudante de produção, residente e domiciliada em esta cidade, filha de Francisco Bernardo da Silva e Severina Cavalcanti da Silva.

Foram apresentados os documentos que se refere o art. 180, nº I à IV, do CÓDIGO CIVIL. Observações: Regime adotado **COMUNHÃO PARCIAL DE BENS**.

O referido é verdade e dou fé.

Santa Rita, 23 de julho de 1998

  
Oficial  
Maria das Graças Gonçalves Menezes  
Escritora





Rio de Janeiro, 16 de Novembro de 2017

Carta n°: 11964104

A/C: GLAUCIO DA SILVA COELHO

Sinistro: 3170589640 ASL-0421705/17  
Vítima: GLAUCIO DA SILVA COELHO  
Data Acidente: 16/04/2017  
Natureza: INVALIDEZ  
Procurador:

Ref.: INTERRUPÇÃO DE PRAZO

Prezado(a) Senhor(a),

Em relação sinistro acima referenciado, comunicamos que após análise da documentação apresentada, foi detectada a necessidade de informações complementares, razão pela qual está sendo interrompido o prazo regulamentar para o pagamento da indenização.

Pedimos aguardar novo pronunciamento o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as averiguações cabíveis.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

**ATENÇÃO:**

Você não precisa recorrer a intermediários para solicitar ou receber a indenização do Seguro DPVAT. Acompanhe seu processo do início ao fim e cuide você mesmo do recebimento da indenização. É SIMPLES E FÁCIL!

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA



## LAUDO MÉDICO

### INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE	GLAÚCIO SILVA COELHO
DATA DE NASCIMENTO	19/02/70
NOME DA MÃE	GENILDA DA SILVA COELHO

### DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º	994.251
DATA DO ATENDIMENTO	16/04/17
HORA DO ATENDIMENTO	12:19
MOTIVO DO ATENDIMENTO	ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S)	CONTUSÃO NO TORNOZELO ESQUERDO
CID 10	S90.0

### AVALIAÇÃO INICIAL:

Dados extraídos do Boletim de Entrada. Paciente foi atendido neste Serviço, vítima de acidente de motocicleta, apresenta dor e edema em tornozelo esquerdo. Abdomen sem queixas. Glasgow 15. Sem evidências de fraturas.

### EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

Tomografia computadorizada de tornozelo esquerdo.

### RESULTADOS DOS EXAMES:

Sem anormalidades.

### TRATAMENTO:

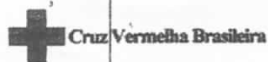
Atendimento inicial.

ALTA HOSPITALAR:	16/04/17
DATA DA EMISSÃO:	18/07/17

Dr. José de Almeida Braga  
CRM: 2329/PB

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena

ACOLHIMENTO, sn - - CNES: 123312 - Tel.:

Boletim de Atendimento: 994251



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**



<b>Identificação do paciente</b>						
ID 1161201	Nome GLAUCIO DA SILVA COELHO			Sexo Masculino		
Data de nascimento 19/02/1970	Idade 47 anos 1 mes 28 dias	Estado civil	Religião	Prontuário		
Mãe GENILDA LOBO DA SILVA	Pai JOAO BATISTA COELHO					
Escolaridade	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)					
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988244764	DDD Fixo	Fone Fixo			
Tipo documento	Número documento	Nº Cns				
Local de procedência BR 230	Tipo BAIRRO		UF PB			
Email	Naturalidade SANTA RITA	CBO/R				
<b>Endereço</b>						
CEP 58301195	Município de residência SANTA RITA	UF PB	Logradouro Rio Branco			
Número 67	Complemento	Bairro Popular				
<b>Admissão</b>						
Data e Hora 16/04/2017 12:19:37	Número da pulseira 1000006085420	Convênio SUS				
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica					
Classificação de risco	Origem do paciente RODOVIA					
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente VEICULO X MOTO				
<b>Indicadores e Transporte</b>						
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não			
Meio de transporte RESGATE - BOMBEIROS	Quem transportou					
<b>Sinais Vitais</b>						
PA _____ X _____ mmHg	Pulso	Temperatura				
<b>Exames complementares</b>						
Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico						
Atendido por JORDAN APOLINARIO FIGUEIREDO						

Imprimir

02.05.17

16/04/2017 12:17





Sistema  
União de  
Saúde  
Ministério  
da  
Saúde

# LAUDO PARA SOLICITAÇÃO /AUTORIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO AMBULATORIAL

fls.1/2

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (SOLICITANTE)

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE SOLICITANTE

2 - CNES

## IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

3 - NOME DO PACIENTE

Glencio da Silva Coelho

4 - N° DO PRONTUÁRIO

5 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)

5 - DATA DE NASCIMENTO

7 - SEXO

Masc. ☐

Fem. ☐

8 - RAÇA/COR

9 - NOME DA MÃE

DDO

10 - TELEFONE DE CONTATO

N° DO TELEFONE

11 - NOME DO RESPONSÁVEL

DDO

12 - TELEFONE DE CONTATO

N° DO TELEFONE

13 - ENDEREÇO (RUA, N°, BAIRRO)

14 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA

15 - CÔD. IBGE MUNICÍPIO

16 - UF

17 - CEP

## PROCEDIMENTO SOLICITADO

18 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

19 - NOME DO PROCEDIMENTO PRINCIPAL

PC Tomografia (E)

20 - QTDE

01

## PROCEDIMENTO(S) SECUNDÁRIO(S)

21 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

22 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

23 - QTDE

24 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

25 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

26 - QTDE

27 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

28 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

29 - QTDE

30 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

31 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

32 - QTDE

33 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

34 - NOME DO PROCEDIMENTO SECUNDÁRIO

35 - QTDE

## JUSTIFICATIVA DO(S) PROCEDIMENTO(S) SOLICITADO(S)

36 - DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Fx 7N27

37 - CID 10 PRINCIPAL

38 - CID 10 SECUNDÁRIO

39 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS

40 - OBSERVAÇÕES

## SOLICITAÇÃO

41 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

Carlos Freitas

42 - DATA DA SOLICITAÇÃO

16/04/17

45 - ASSINATURA E CARIMBO (N° REGISTRO DO CONSELHO)

Dr. Pedro Henrique Freitas  
Médico  
CRM-PB: 10575

43 - DOCUMENTO

( ) CNS

( ) CPF

44 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

## AUTORIZAÇÃO

46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

47 - CÔD. ÓRGÃO EMISSOR

52 - N° DA AUTORIZAÇÃO (APAC)

48 - DOCUMENTO

( ) CNS

( ) CPF

49 - N° DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

DATA

16 09 17

HORA

15:44

LOCAL

1095

50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO

51 - ASSINATURA E CARIMBO (N° DO REGISTRO DO CONSELHO)

53 - PERÍODO DE VALIDADE DA APAC

## IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE (EXECUTANTE)

54 - NOME FANTASIA DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE EXECUTANTE

55 - CNES





1998000000420 BE.: 994251  
GLAUCIO DA SILVA COELHO  
DT. NASC.: 19/02/1978  
MÃE: GENILDA LOBO DA SILVA

END.: Rio Branco  
N. 57 - Popular  
SANTA RITA  
FONE: ( )  
CELULAR: (83) 988244784  
IDADE: 47  
DT. ENTRADA:

## AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM

B.E./PRONTUÁRIO

NOME DO PACIENTE:

IDADE:

PROCEDÊNCIA: ☐ Domicílio ☐ Ambulância de resgate ☐ Ambulância SAMU ☐ Polícia

TIPO DE ACIDENTE: ☐ Moto ☐ Automóvel ☐ Ônibus ☐ Bicicleta ☐ Atropelamento  
☐ Envenenamento ☐ Incêndio ☐ Explosão ☐ Arma de Fogo ☐ Arma branca ☐ Outros:

TIPO DE LESÃO: ☐ Fratura fechada ☐ Ferimento aberto ☐ Esmagamento ☐ Laceração ☐ Queimadura  
☐ Mordedura ☐ Objeto encravado ☐ Ferimento contínuo ☐ Amputação membro ☐ Outros:

LOCAL DA LESÃO: ☐ Membros sup. ☐ Membros inf. ☐ Tronco ☐ Cabeça e pescoço ☐ Outros:

DADOS CLÍNICOS (sintomas)

DATA DE INÍCIO DOS SINTOMAS: / /

### EXAME FÍSICO

PA: / mmHg

P: bpm

SpO2:

Tax:

#### Sistema Neurológico:

Nível de Consciência:

☐ Consciente

☐ Inconsciente

☐ Orientado

☐ Desorientado

Avaliação das pupilas:

Simetria: ☐ Isocóricas

☐ Anisocóricas

Tamanho: ☐ Midríase

☐ Miose

#### Sistema Respiratório:

☐ Ventilação invasiva

☐ Ventilação espontânea

☐ Vias aéreas pervias

☐ Traqueostomia

☐ Respiração rápida

☐ Obstrução parcial das vias aéreas

☐ Respiração ruidosa

☐ Suporte ventilatório não invasivo

☐ Obstrução total das vias aéreas

#### Sistema Circulatório:

☐ Pulso ausente

☐ Pele fria e úmida

☐ Perfusão tissular satisfatória

☐ Taquicardia

☐ Bradicardia

☐ Perfusão tissular comprometida

☐ Palidez

☐ Outros:

#### Sistema Digestório:

☐ HDA

☐ Uso de SNG

☐ Vômitos

☐ Dor à palpação superficial

☐ HDB

☐ Corpo estranho

☐ Dor à palpação profunda

Outros:

☐ Rigidez abdominal

☐ Distensão abdominal

#### Sistema Genito-urinário:

☐ Disúria

☐ Hematúria

☐ Oligúria

☐ Poliúria

☐ SVD

☐ Outros:

### HISTÓRICO CLÍNICO E CIRÚRGICO:

☐ Interações

☐ Outros:

Especificar:

☐ Hipertensão

☐ Diabetes

☐ Câncer

☐ Alergias

☐ Cirurgias

### USO DE MEDICAÇÃO?

☐ Sim

☐ Não

Especificar:

### HORÁRIO DA ÚLTIMA REFEIÇÃO:

### IMUNIZADO CONTRA O TÉTANO?

☐ Sim

☐ Não

### OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

Paciente vítima de acidente  
moto x ônibus, consciente, orientado  
meg, HAS e DM e alergia enco  
mbrado ao CDI, segue sob cuidados.

DESTINO:

CDI

ENFERMEIRO

COREM:

Dr. Januário da Arruda  
Enfermeiro  
Coram 366348

F(NG)ENF.022-1





**Hospital Estadual de  
Emergência e Trauma**  
Senador Humberto Lucena

Atendimento: 000000456468

Paciente: GLAUCIO DA SILVA COELHO

Idade: 47 anos

Data: 16/04/2017

## **TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORNOZELO ESQUERDO**

### **Técnica:**

Aquisição volumétrica com reconstrução multiplanar, sem a injeção de contraste iodado endovenoso.

### **Análise:**

Densidade óssea normal.  
Sinais de osteoartrose/ barra ossea talocalcanea.  
Processo de Stieda proeminente.  
Ossículo acessório adjacente ao maleolo lateral.  
Não há aumento significativo do líquido intra-articular.  
Foco calcico na inserção do tendão de Aquiles.  
Grupamentos musculares com morfologia e coeficientes de atenuação preservados.

*O valor preditivo de qualquer exame depende da análise conjunta do seu resultado e dos dados clínico-epidemiológicos do(a) paciente.*

*Este laudo foi liberado em 22/04/2017 06:27.*

**Dra. Galba L. O. Aquino**  
**CRM: 5839**



\* Cinger Genl #

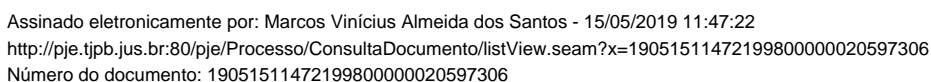
Anten kommt er hier  
Da er schon in Tenozelo

Stem, T<sub>0</sub> or altern.

Q. R. Finner 097. lower 5.

- Indices do Orthopädie

CRM-F



ORTO - 16/04 - 14:21

Paciente após acidente de moto (xamoi) hoje  
Quinta - se do dor em bumb. De tornozelo  
Ao EF: enrijecimento superficial do corpo  
Edema em PN2.

Ao Rx: Ausência de fr. ou luxações  
CD: TC TNE.

Dr. Pedro Henrique Freitas  
Médico  
CRM-PB 10575

16h o suplen

TC TNE SI for

cd- TMA Bura  
ONOTA 40.

ALM

RETORNO

CURATIL

AV2 ONOTA 10

AVISTADO 15 dias

Dr. Breno C. Torres  
Ortopedia/ Cirurgia do Quadril  
CRM - PB 7232/TEOT 13940







**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**INFORMAÇÕES GERAIS**

POLICIAL/MATRICULA:  
CARRAZZONI/1370997

DATA/HORA:  
16/04/2017 11:00

Na Rodovia

MUNICÍPIO/UF:  
JOAO PESSOA/PB

BR:  
230

KM:  
21.5

SENTIDO:  
Crescente

DESCRIPTIVO DO LOCAL:

**ASPECTOS DO LOCAL E DO ATENDIMENTO**

FASE DO DIA:

Pleno dia

CONDIÇÃO METEOROLÓGICA:

Céu Claro

TIPO DE VIA:

Principal

TIPO DE PISTA:

Dupla

CONDIÇÃO DE PISTA:

Seca

TIPO DE PAVIMENTO:

Asfalto

ESTRUTURA VIÁRIA:

Curva

LOCALIDADE URBANIZADA:

Sim

EXISTÊNCIA DE ACOSTAMENTO:

Sim

EXISTÊNCIA DE CANTEIRO CENTRAL:

Sim

IMAGEM DO LOCAL DO ACIDENTE:



IMAGEM DE DESCRIÇÃO DO LOCAL:



IMAGEM PANORÂMICA SENTIDO CRESCENTE:



IMAGEM PANORÂMICA SENTIDO DECRESCENTE:



INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ACIDENTE:

Viaturas do Corpo de Bombeiros já se encontravam no local do acidente antes da chegada da equipe de PRF's.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 1 de 12







**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:



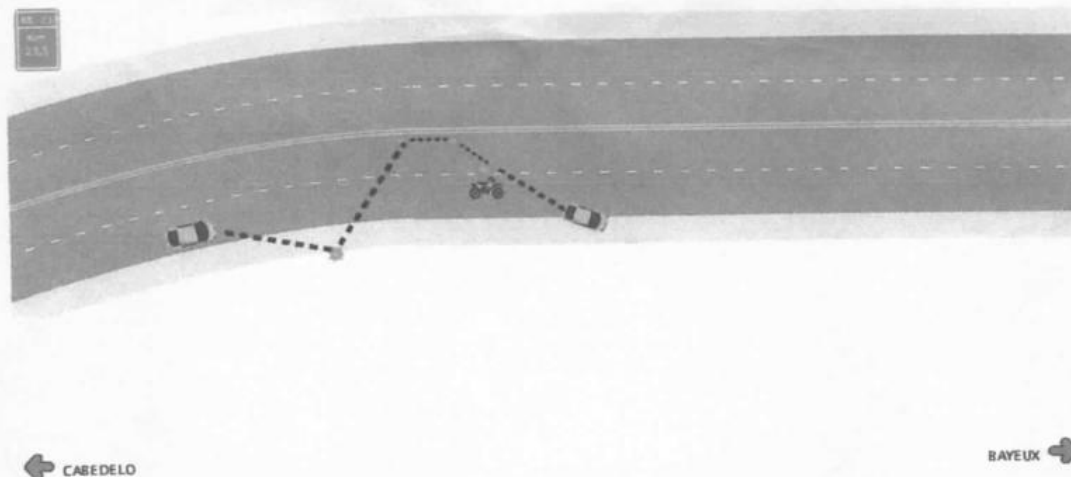
Sem Imagem

**DINÂMICA**

**Eventos Sucessivos**

Ordem	Tipo de Evento	Veículos Envolvidos
1	Colisão com objeto estático	V1
2	Colisão lateral	V2   V1

**Croqui**



**Narrativa**

Por volta das 11:10 h do dia 16/04/2017 a equipe de PRF's de Mata Redonda foi acionada para atender acidente nas imediações do Km 21 da BR 230, João Pessoa. Ao chegar no local do acidente foi encontrado o veículo Hyundai Tucson, doravante chamado de V1 parcialmente sobre a pista de rolamento. O segundo veículo envolvido no acidente, doravante chamado de V2, motocicleta CG 125 Fan KS, encontrava-se totalmente no acostamento. Conforme levantamento realizado nos vestígios, nos veículos e na via, V1 transitava na faixa da direita quando perdeu o controle saiu da pista de rolamento, invadiu o acostamento e colidiu com o meio-fio, posteriormente retornou desgovernado para a pista de rolamento, atravessando para a faixa da esquerda e colidindo em dois pontos; com o muro divisor das pistas de rolamento e com um poste de iluminação, voltando novamente para a faixa da direita e colidindo lateralmente com V2.

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 2 de 12



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:47:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511472220000000020597312>

Número do documento: 19051511472220000000020597312

Num. 21186194 - Pág. 2



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**VEÍCULOS**

SEQUENCIAL: V1	PLACA: KHO2567	MARCA/MODELO: I/HYUNDAI TUCSON GL 20L	ANO FABRICAÇÃO: 2009
SITUAÇÃO: Tracionador		TIPO DE VEÍCULO: Camioneta	
CHASSI: KMHJM81BAAU075760	RENAVAM: 00151183309	PAÍS: BRASIL	
ESPÉCIE: Misto	CATEGORIA: Particular	MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento	

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

Lavrado Auto de Infração T115020004, Art. 165 CTB, Dirigir sob efeito de álcool.

NOME DO PROPRIETÁRIO: ZULEIDE COELHO FARIAS DE OLIVEIRA	CPF/CNPJ: 448.627.414-87
--	-----------------------------

**Dados de Endereço**

LOGRADOURO: RUA DESEMBARGADOR GOIS CAVALCA	NÚMERO: 84
COMPLEMENTO: APT 201	BAIRRO:
MUNICÍPIO/UF: RECIFE/PE	
TELEFONE:	EMAIL:

**Dados da Carga**

DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

**Encaminhamento**

MOTIVO: Ausência de responsável	TIPO DE RECEPTOR: Depósito credenciado
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Condutor reside no Recife, não tinha no momento para onde encaminhar o veículo, autorizou o recolhimento pela TransGuard, DRV lavrado.	

IMAGEM DE PRODUTO PERIGOSO:  Sem Imagem	IMAGEM DE CRONOTACÓGRAFO:  Sem Imagem
--	---

IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:



VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06 NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 3 de 12





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**VEÍCULOS**

SEQUENCIAL: V2	PLACA: QFR3450	MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN KS	ANO FABRICAÇÃO: 2014
SITUAÇÃO: Tracionador		TIPO DE VEÍCULO: Motocicleta	
CHASSI: 9C2JC4110FR103572	RENAVAM: 01033147629	PAÍS: BRASIL	
ESPECIE: Passageiro	CATEGORIA: Particular	MANOBRA NO MOMENTO DO ACIDENTE: Seguindo o fluxo, na faixa de rolamento	

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

Lavrado AI T115020027, Art. 162 I do CTB, condutor Inabilitado.

NOME DO PROPRIETÁRIO: ELINARDO DE OLIVEIRA RAMOS	CPF/CNPJ: 024.703.794-07
---	-----------------------------

**Dados de Endereço**

LOGRADOURO: R NOSSA SENHORA DO ROSARIO 416	NUMERO: 00416
COMPLEMENTO:	BAIRRO:

**MUNICÍPIO/UF:**

SANTA RITA/PB

**TELEFONE:**

**EMAIL:**

**Dados da Carga**

**DESCRIÇÃO E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**

**Encaminhamento**

MOTIVO: Ausência de responsável	TIPO DE RECEPTOR: Depósito credenciado
------------------------------------	---

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:  
Condutor socorrido pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa, não havia com quem deixar o veículo. Removido pela TransGuard.

**IMAGEM DE PRODUTO PERIGOSO:**



Sem Imagem

**IMAGEM DE CRONOTACÓGRAFO:**



Sem Imagem

**IMAGEM DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:**



Sem Imagem

**VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET:** [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

**DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA:** 17/04/2017 02:06

**NÚMERO DE CONTROLE:** 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 4 de 12





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 5 de 12



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:47:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511472220000000020597312>

Número do documento: 19051511472220000000020597312

Num. 21186194 - Pág. 5

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA****DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL****BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO****PROTOCOLO:**  
17032554B01**STATUS:**  
Encerrado**PESSOAS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V1 / KHO2567 / I/HYUNDAI TUCSON GL 20L		ENVOLVIMENTO: Condutor
NOME: JOSE FELIPE COELHO FARIAS DE OLIVEIRA	CPF: 060.960.894-02	DATA DE NASCIMENTO: 28/03/1987
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: ZULEIDE COELHO FARIAS DE OLIVEIRA	

**Dados de Endereço**

LOGRADOURO: RUA DESEMBARGADOR GOIS CAVALCANTE	NUMERO: 0000000084
COMPLEMENTO: AP 201	BAIRRO: TAMARINEIRA
MUNICÍPIO/UF: RECIFE/PE	
TELEFONE: 81 99601-7634 / 99521-1938	EMAIL:

**Dados da Habilitação**

HABILITAÇÃO: Habilitação Nacional	PAÍS DA HABILITAÇÃO:	CATEGORIA: B
MOTORISTA PROFISSIONAL: Não	Nº DO REGISTRO: 03594324275	UF: PE
DATA DA PRIMEIRA HABILITAÇÃO: 20/05/2005	VALIDADE DA CNH: 12/08/2020	
OBSERVAÇÕES DA CNH: A		

**Circunstâncias**

ESTADO FÍSICO: Ileso	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: Sim	
USAVA CAPACETE: NÃO APLICÁVEL	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL	
TESTE DO ETILÔMETRO FOI POSSÍVEL: Sim	RESULTADO DO TESTE: 0.24 mg/L	RECUSOU-SE A REALIZAR O TESTE: Não
DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE:		
VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não	SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: Não	
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA: Lavrado Auto de Infração pelo Art. 165 CTB - T115020004		
IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES:		

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 6 de 12



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:47:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511472220000000020597312>

Número do documento: 19051511472220000000020597312

Num. 21186194 - Pág. 6



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**PESSOAS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO: V2 / QFR3450 / HONDA/CG 125 FAN KS		ENVOLVIMENTO: Condutor
NOME: GLAUCIO DA SILVA COELHO	CPF: 840.524.574-04	DATA DE NASCIMENTO: 19/02/1970
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO: Masculino
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE: GENILDA DA SILVA COELHO	

**Dados de Endereço**

LOGRADOURO: Av. Rio Branco	NÚMERO: 67
COMPLEMENTO:	BAIRRO: Santa Cruz
MUNICÍPIO/UF: SANTA RITA/PB	
TELEFONE: 83 98824-4764	EMAIL:

**Circunstâncias**

ESTADO FÍSICO: Lesões Leves	USAVA CINTO DE SEGURANÇA: NÃO APLICÁVEL
USAVA CAPACETE: Sim	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS: NÃO APLICÁVEL
TESTE DO ETILÔMETRO FOI POSSÍVEL: Não	RESULTADO DO TESTE: Não

DESCRIÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DO TESTE:  
Equipe de PRF's precisou deslocar até o Hospital de Traumas pra colher os dados do condutor de V2 que se encontrava fazendo exames.  
O etilômetro não se encontrava na viatura.  
Quando questionado se havia ingerido bebida alcoólica o condutor de V2 respondeu que NÃO. NÃO apresentava nenhum sinal ou sintoma de haver ingerido bebida alcoólica.

VISÍVEIS SINAIS DE EMBRIAGUEZ: Não	SINAIS DE USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS: Não
---------------------------------------	--

**Encaminhamento**

MOTIVO: Socorro médico	TIPO DE RECEPTOR: Corpo de bombeiros
---------------------------	---

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DO ENCAMINHAMENTO:

Condutor socorrido pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital de Emergência e Trauma de João Pessoa-PB.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:

IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES:



Sem Imagem

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06 NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 7 de 12







**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**PESSOAS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:		ENVOLVIMENTO:
		Testemunha
NOME:	CPF:	DATA DE NASCIMENTO:
JULIO CESAR CORDEIRO DE OLIVEIRA	339.876.101-15	
Nº DE IDENTIFICAÇÃO:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SEXO:
ESTADO CIVIL:	NOME DA MÃE:	
	MARIA CORDEIRO DE OLIVEIRA	
<b>Dados de Endereço</b>		
LOGRADOURO:		NUMERO:
Rua Professora Josefa Pereira de Carvalho		58
COMPLEMENTO:		BAIRRO:
		Jardim Oceania
MUNICÍPIO/UF:		
JOAO PESSOA/PB		
TELEFONE:	EMAIL:	
99891-8585		
<b>Circunstâncias</b>		
ESTADO FÍSICO:	USAVA CINTO DE SEGURANÇA:	
USAVA CAPACETE:	USAVA DISPOSITIVO PARA RETENÇÃO DE CRIANÇAS:	

**INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA PESSOA ENVOLVIDA:**

**IMAGEM DE INFORMAÇÃO COMPLEMENTARES:**



Sem Imagem

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 8 de 12





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**AVALIAÇÃO DE DANOS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V1 / KHO2567 / I/HYUNDAI TUCSON GL 20L

NOME/MATRICULA DO AGENTE:

CARRAZZONI/1370997

NUMERO DO BAT:

17032554B01

DATA/HORA:

16/04/2017 11:00

Item	Nome da Peça	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Painel corta-fogo		X	
2	Longarina dianteira esquerda		X	
3	Caixa de roda dianteira esquerda	X		
4	Estrutura da soleira esquerda		X	
5	Air Bags Frontais		X	
6	Air Bags Laterais		X	
7	Estrutura da coluna dianteira esquerda		X	
8	Estrutura da coluna central esquerda		X	
9	Estrutura da coluna traseira esquerda	X		
10	Caixa de roda traseira esquerda	X		
11	Assoalho central esquerdo		X	
12	Longarina traseira esquerda		X	
13	Assoalho portamalas ou caçamba		X	
14	Longarina traseira direita		X	
15	Caixa de roda traseira direita		X	
16	Estrutura da coluna traseira direita		X	
17	Estrutura da soleira direita		X	
18	Estrutura da coluna central direita		X	
19	Estrutura da coluna dianteira direita		X	
20	Assoalho central direito		X	
21	Caixa de roda dianteira direita		X	
22	Longarina dianteira direita		X	

TOTAL GERAL (SIM + NA):  
3

DIMENSÃO DA MONTA:  
Média

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 9 de 12







**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

FRENTE (V1)

TRASEIRA (V1)



LATERAL ESQUERDA (V1)

LATERAL DIREITA (V1)



VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

ATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 10 de 12





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

**AVALIAÇÃO DE DANOS**

SEQUENCIAL/PLACA/MARCA/MODELO:

V2 / QFR3450 / HONDA/CG 125 FAN KS

NOME/MATRÍCULA DO AGENTE:

CARRAZZONI/1370997

NÚMERO DO BAT:

17032554B01

DATA/HORA:

16/04/2017 11:00

Item	Nome da Peça	Item danificado no acidente		
		SIM	NÃO	NA
1	Garfo dianteiro		X	
2	Mesa superior da suspensão dianteira		X	
3	Mesa inferior da suspensão dianteira		X	
4	Coluna de direção		X	
5	Chassi		X	
6	Garfo traseiro		X	
7	Eixo traseiro (triciclos)		X	

TOTAL GERAL (SIM + NA):

0

DIMENSÃO DA MONTA:

Pequena

VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

DATA/HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 11 de 42



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:47:22

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511472220000000020597312>

Número do documento: 19051511472220000000020597312



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL**  
**BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO**



**PROTOCOLO:**  
17032554B01

**STATUS:**  
Encerrado

FRENTE (V2)



TRASEIRA (V2)



LATERAL ESQUERDA (V2)



LATERAL DIREITA (V2)



VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE NA INTERNET: [www.prf.gov.br/novobat/autenticar](http://www.prf.gov.br/novobat/autenticar)

HORA DE ENCERRAMENTO DA OCORRÊNCIA: 17/04/2017 02:06

NÚMERO DE CONTROLE: 693630E0907E9149E5E8D7D227A350

Página 12 de 12



Assinado eletronicamente por: Marcos Vinícius Almeida dos Santos - 15/05/2019 11:47:22  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19051511472220000000020597312>  
Número do documento: 19051511472220000000020597312

Num. 21186194 - Pág. 12



**Poder Judiciário da Paraíba**  
**2ª Vara Mista de Santa Rita**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0801947-78.2019.8.15.0331

**DESPACHO**

Vistos, etc.

Nos termos do art. 238<sup>1</sup>, CPC, **CITE-SE** a parte promovida, com a contrafé e cópia deste despacho, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, **REMETA-SE** ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, II<sup>2</sup> c/c 231, I<sup>3</sup>, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Ademais, ocorrendo a hipótese de desinteresse em audiência de conciliação prévia em que a parte promovida opta pela apresentação da peça defensiva, conforme supra, nos termos do art. 465, caput<sup>4</sup>, CPC/2015 e em face do **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 015/2014 ENTRE O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E A PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS** em razão de demandas dessa natureza, de antemão, **NOMEIO** a(o) **Dr(a). VERUSKA LUNGUINHO OLIVEIRA DE PONTES, veruskapontes@ig.com.br (83) 9133-0633, AV. NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, 500 - TAMBAÚ João Pessoa 58039-111**, como perito(a) do Juízo, devendo cumprir o encargo obedecendo as advertências do art. 466, caput<sup>5</sup>, CPC/2015, observando as determinações dos §§<sup>6</sup> 1º e 2º, do mesmo dispositivo normativo, ficando intimada a parte promovida para, querendo, no mesmo ato, apresentar manifestação consoante art. 465<sup>7</sup>, §1º, I a III, CPC/2015, bem como recolher o valor dos honorários periciais, os quais arbitro em **R\$ 200,00 (duzentos reais)** e, ato contínuo, nesta mesma hipótese, INTIME-SE a parte promovente para, querendo, apresentar manifestação quanto aos mesmos termos, no mesmo prazo.

Escoado o prazo e recolhido o valor dos honorários periciais, **INTIME-SE PESSOALMENTE** a perita nomeada para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.

Aceito o encargo e designado o dia, nos termos do art. 474<sup>8</sup>, CPC/2015, **INTIME-SE** as partes para realização do ato no dia, hora e local designados.

Ato contínuo, juntado o laudo nos autos, **INTIME-SE** as partes para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, conforme art. 477, §1º<sup>9</sup>, CPC/2015, apresentar manifestações, informando sobre a possibilidade de transação em comum acordo e/ou indicar outras provas, sob pena de julgamento antecipado do feito, nos termos do art. 355, I<sup>10</sup>, CPC/2015.

Escoado o prazo à cima e não havendo impugnações, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** à perita nomeada e **INTIME-SE** pessoalmente para levantamento, entregando-o(a) mediante recibo nos autos, bem como, **QUANTO AO FLUXO DO PROCEDIMENTO**, não havendo requerimento de audiência de conciliação ou de produção de outras provas, **CERTIFIQUE-SE** o decurso e faça-se **CONCLUSOS** para julgamento.

SANTA RITA, 21 de maio de 2019

06819405499

Juiz(a) de Direito

<sup>1</sup>(CPC/2015) Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.

<sup>2</sup>(CPC/2015) Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

<sup>3</sup>(CPC/2015) Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação



for pelo correio;

[4](#)(CPC/2015) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

[5](#)(CPC/2015) Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

[6](#)(CPC/2015) Art. 466. § 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. § 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

[7](#)(CPC/2015) Art. 465, §1º. I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

[8](#)(CPC/2015) Art. 474. As partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

[9](#)(CPC/2015) Art. 477. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

[10](#)(CPC/2015) Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO  
JUSTICA DE PRIMEIRA INSTANCIA  
COMARCA DE SANTA RITA  
CARTÓRIO DA 2ª VARA

## CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR “AR”

PROCESSO Nº 0801947-78.2019.8.15.0331

**NATUREZA: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**

**AUTOR: GLAUCIO DA SILVA COELHO**

**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Prezado Senhor:

**Representante Legal do SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

Cumprindo determinação da MM Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Santa Rita – PB, **CITO SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, por seu representante legal, para tomar conhecimento da presente demanda, bem como, ato contínuo, nos termos do art. 334, CPC e suas advertências, **INTIMO** a parte promovida para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia a ser designada nos autos.

Segue em anexo cópias da Inicial e do Despacho. (*Links abaixo*)

17 de abril de 2020

**Fernanda Huebra de Souza Leite**

Técnica Judiciária

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19051511472156400000020597295

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 19052112132871200000020738016

